

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****142ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 86/2025/CMRI/CC/PR

**NUP: 00137.013319-2023-54****Órgão: SECOM - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República****Requerente: E.B.C.M****Resumo do Pedido**

O requerente solicitou o acesso a todas as pesquisas quantitativas e qualitativas realizadas e finalizadas pela SECOM em 2023. Ressaltou que no site da SECOM os arquivos só estão disponíveis até 2018 (<https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/pesquisa>).

**Resposta do órgão requerido**

A SECOM relatou que possui, por meio de chamamento público, um contrato vigente nº 53115.017422/2021-26, para realização de pesquisas, cuja finalidade é a sua utilização para subsidiar a tomada de decisões que visa aprimorar a governança, a integridade, a gestão estratégica e a gestão da informação por parte do Governo Federal. Ademais, o órgão disponibilizou, em transparência ativa, os dados de valores destinados a contratos, com respectivos detalhamentos de tema (<https://gestaosecom.mcom.gov.br/gestaosecom/liquidacao/pagamento/ordemcronologica/>), entretanto, dada a característica de execução do contrato, pelo tempo de autorização, verificação de conformidade, liquidação e pagamento dos serviços contratados, os registros relacionados ao objeto do presente pedido, ainda não estariam disponíveis, em sua totalidade, no endereço indicado para consulta, alegando tratar-se de documento preparatório, nos termos do art. 20, Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação – LAI. Assim, negou o acesso, justificando que, tais dados, passíveis de modificação durante o processo, não poderão ser fornecidos na fase preparatória; somente após a execução/veiculação publicitária é que as informações estarão disponíveis, nos termos da Lei. A entidade alegou ainda que a divulgação da pesquisa entraria em conflito com o sigilo comercial imposto por cláusula contratual.

**Recurso em 1ª instância**

O Requerente reiterou o pedido argumentando que a divulgação acontecia normalmente em governos anteriores, que as pesquisas não são documentos preparatórios nem são sigilosas.

**Resposta do órgão ao recurso em 1ª instância**

A Recorrida ratificou a negativa nos mesmos termos da resposta inicial, ademais esclareceu que o objeto do referido contrato traz informações a respeito do impacto das ações do Governo Federal, podendo, assim, de forma subsidiária, influenciar na tomada de decisão em relação às mais diversas áreas do governo. Além disso, reforçou o caráter de documento preparatório e estratégico sendo eles para uso interno da SECOM/PR, obedecendo parâmetros específicos para o momento ou demanda a ser avaliada e posteriormente publicizada. Por fim, considerou que, a divulgação da expertise utilizada na elaboração do documento solicitado conflita com o sigilo comercial imposto pela referida cláusula contratual.

## Recurso em 2ª instância

O Requerente reiterou a demanda.

## Resposta do órgão ao recurso em 2ª instância

A SECOM ratificou os argumentos da negativa nos mesmos termos anteriores.

## Recurso à Controladoria-Geral da União (CGU)

O Requerente reiterou o pedido.

## Análise da CGU

A CGU solicitou esclarecimentos adicionais à recorrida com fim a instrução do recurso, em retorno a recorrida apresentou as razões para manter a negativa de acesso em questão, conforme a seguir:

*“Nos termos informados ao cidadão, a contratação busca identificar o “impacto das ações do Governo Federal, podendo, assim, de forma subsidiária, influenciar na tomada de decisão em relação às mais diversas áreas do governo.”*

*Conforme elucidado, a pesquisa busca fornecer insumos qualificados e estratégicos para esta SECOM em relação a todo o rol de políticas públicas em preparação, em andamento, ou encerradas pelo Governo Federal. Assim, pela própria natureza do documento e do processo de elaboração das políticas públicas, não é possível individualizar cada ato, processo ou decisão derivados do documento solicitado.*

*Em relação ao questionamento “Quais os riscos para a sociedade ou para o processo institucional, caso a informação seja concedida?”, faz-se necessário trazer a discussão contemporânea acerca do uso de informações falsas de forma a comprometer o bem-estar da população e às estratégias do Governo em relação a políticas públicas.*

*Anteriormente a isso, é importante destacar o esforço que o Governo e a sociedade civil vêm realizando no combate à desinformação, inclusive com a criação do portal governamental “Brasil Contra Fake”, conforme depreende-se de algumas matérias selecionadas abaixo:*

*(...links para diversas matérias jornalísticas...)*

*Nas matérias destacadas fica evidenciado o desafio dos gestores públicos na execução das políticas públicas face o crescimento das milícias digitais e do uso de informações falsas.*

*É perceptível a quantidade de notícias falsas em relação à saúde pública, em especial acerca do tema da vacinação de crianças e jovens.*

*Com isso, tem-se que a disponibilização de um documento cuja finalidade é a de subsidiar o Governo (e não a de ser um documento em si, a ser divulgado isoladamente), fora de contexto, tem potencial altíssimo de causar danos à sociedade, com a aceleração da disseminação de conteúdos inverídicos, principalmente pelas chamadas “milícias digitais”, acarretando, além do risco social e de saúde pública, por exemplo, um trabalho de conscientização da população além do dimensionado.*

*Em relação ao acompanhamento da sociedade civil na elaboração de Políticas Públicas, há de se registrar que nenhum cidadão é impedido de obter informações sobre o processo de elaboração das políticas públicas do Governo Federal, na forma da Lei.*

*O que se discute no pedido é a disponibilização de um documento que, conforme o decreto 7.724/2012, é classificado como documento preparatório, mas conforme informado neste esclarecimento, não há como individualizar seu uso conforme preconiza o artigo 20: “O acesso a documento preparatório ou informação nele contida, utilizados como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, será assegurado a partir da edição do ato ou decisão.”*

*Assim, quando os cidadãos tiverem interesse em conhecer o processo de elaboração de alguma Política Pública específica poderão, via Lei de Acesso à Informação, quando não atendidos pela Transparência ativa do Órgão, solicitar todos os documentos por ela utilizados, sendo que, dessa forma, os documentos estarão contextualizados e aptos a serem divulgados sem causar dano à população, o que potencialmente ocorreria no caso da sua disponibilização bruta, pois não devidamente formatada e tratada para ser publicada individualmente.*

*Dessa forma, entende-se por desarrazoado o pedido, vez que a disponibilização do documento se contrapõe ao interesse social e pode colocar a sociedade em risco, haja vista seu caráter subsidiário para a tomada de decisão em relação a políticas públicas.*

*Cabe esclarecer, por fim, que, ante o exposto, entende-se pela não disponibilização da pesquisa enquanto ela estiver sendo utilizada ou se encontrar atualizada e apta ao fim que se destina (subsidiar,*

ou não, a tomada de decisão para a elaboração de políticas públicas).

Assim, superadas as outras questões aludidas nessa resposta, há a possibilidade de disponibilização do referido documento ao término do mandato do atual Presidente da República, pois entende-se por finalizada a validade das manifestações técnicas elaboradas para subsidiar as Políticas do atual Governo. Por fim, caso alguma pesquisa seja elaborada e, antes de transcorrido o prazo sugerido acima, seja identificado que não está sendo mais utilizada pela administração pública, entendemos como possível a sua disponibilização aos cidadãos.”

(...)

“Em relação ao impacto ao ente privado, esclarecemos que após o Termo de Referência estabelecer os critérios técnicos e administrativos para a sua realização, a expertise de realização é exclusivamente da empresa privada e a sua disponibilização pode prejudicar frente à concorrência. A divulgação do documento pode expor o conhecimento adquirido e aplicado pela empresa contratada na execução da pesquisa. Essa expertise é o diferencial da empresa no mercado, sendo que a sua exposição pode, inclusive, afastar novos entrantes nos próximos certamos, dada a exposição, pelo Governo (contratante) da inteligência aplicada ao chamamento público.”

(...)

As informações pessoais são aquelas dispostas no Termo de Referência.”

(...)

“Foram realizadas 06 pesquisas em 2023 e encontram-se armazenadas em meio digital sob a guarda da Secretaria de Análise, Estratégia e Articulação.”

(...)

“Não há o que se falar em trabalho adicional na disponibilização do documento elaborado. Conforme explicitado acima, o risco na disponibilização se dá pelo fato de o documento ser produzido para subsídio do gestor público, em linguagem e formato para consumo interno.”

Diante dos esclarecimentos apresentados, a CGU avaliou que as pesquisas objeto de interesse do requerente, ainda que já realizadas, não constituem um dado "frio" e que já exauriram a sua finalidade. Nesse sentido, ponderou que a sua disponibilização, no momento, possui o potencial de trazer à tona informações distorcidas referentes à uma política pública a ser implantada, frustrar expectativas e gerar a propagação de informações equivocadas. Poderão, ainda, expor o conhecimento adquirido e aplicado pela empresa contratada na execução da pesquisa. Essa expertise é o diferencial da empresa no mercado. Outrossim, ficou configurada a natureza preparatória dos documentos requeridos, pois foram descritos o processo, o ato ou decisão administrativos específicos a serem tomados, sendo possível o acesso ao final do mandato presencial. A CGU registrou que, assim que for implantada determinada política pública, o conhecimento dos dados poderá se tornar público, seja mediante a disponibilização por transparência ativa, quer seja por meio de solicitação do processo de elaboração de alguma Política Pública específica, uma vez que nele estarão presentes os documentos utilizados sobre o assunto. Dessa forma, pontou que os documentos estarão contextualizados e aptos a serem divulgados sem causar dano à população. Logo, entendeu cabível a restrição temporária de acesso até que a decisão ou ato administrativo seja emitido, nos termos do § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527/12 e do art. 20 do Decreto nº 7.724/12.

#### **Decisão da CGU**

A CGU indeferiu o recurso, com fundamento no § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527/2011 e do art. 20 do Decreto nº 7.724/2012, haja vista que a informação requerida constitui documento preparatório à tomada de decisão futura, cujo acesso seja assegurado a partir da edição do ato ou decisão correspondente.

#### **Recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)**

O Requerente reiterou o pedido argumentando que em governos anteriores, esses documentos eram divulgados no site da SECOM.

#### **Admissibilidade do recurso à CMRI**

Recurso conhecido. Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade, cabimento e regularidade formal.

## Análise da CMRI

Observa-se que o requerente reiterou o pedido, ou seja, o acesso a todas as pesquisas quantitativas e qualitativas realizadas e finalizadas pela SECOM em 2023, nesse contexto, ressaltou que no site da SECOM os arquivos só estão disponíveis até 2018 (<https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/pesquisa>), ademais, argumentou que em governos anteriores esses documentos eram divulgados. Assim, sobre este argumento, importa comunicar ao recorrente que, no momento desta análise, constatou-se que o site da SECOM foi atualizado, de forma que as pesquisas quantitativas e qualitativas, referentes ao ano de 2022, estão acessíveis no site respectivo, ou seja, estão disponíveis em meio universal, a fim de serem manuseados, consolidados e compartilhados livremente, conforme as aspirações de qualquer cidadão que realize a consulta, de acordo com o disposto no art. 12, §6º da Lei nº 12.527/2011. Ademais, esclarece-se que os anos de 2019 a 2021 não houve contratação para tais pesquisas, conforme observa-se no link <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/contratos/encerrados/pesquisa-de-opinio-publica>. Entretanto, quanto aos dados referentes ao ano de 2023, corrobora-se do entendimento de que por poderem influenciar na tomada de decisão em relação às diversas áreas do governo, atual, possuindo o potencial de trazer à tona informações distorcidas referentes a uma determinada política pública a ser implantada, frustrar expectativas e gerar a propagação de informações equivocadas. Nesse âmbito, destaca-se que o direito de acesso aos documentos ou às informações preparatórias será assegurado quando da conclusão do procedimento a que se referem. Posto isto, conclui-se que o recurso deve ser indeferido com base nos termos legais ora expostos.

## Decisão da CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade, decide pelo conhecimento do recurso, e no mérito, pelo indeferimento, visto que as informações pleiteadas possuem característica preparatória, com base no art. 7º, § 3º c/c o art. 20 do Decreto nº 7.724/2012.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Presidente Suplente da CMRI**, em 11/04/2025, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 15/04/2025, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO, Usuário Externo**, em 15/04/2025, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO, Usuário Externo**, em 15/04/2025, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima, Chefe de Gabinete**, em 15/04/2025, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Míriam Barbuda Fernandes Chaves, Usuário Externo**, em 17/04/2025, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 22/04/2025, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **LEILA DE MORAIS, Usuário Externo**, em 23/04/2025, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE MOURA PIRES VIEIRA, Usuário Externo**, em 24/04/2025, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6487465** e o código CRC **320AE8E0** no site:

[https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)